

PARTIDOS POLÍTICOS EM HONG KONG

Jorge Tavares da Silva

Texto entregue em Dezembro de 2019

HONG KONG (HK) É UM PEQUENO território situado no sudeste da China, com uma extensão de 1104 quilómetros quadrados e uma população de 7,34 milhões de habitantes. Após um período colonial sob governação britânica, que durou 157 anos, o território transitou para a soberania chinesa, tornando-se uma Região Administrativa Especial (RAE) em 1997. Do ponto de vista político, HK nunca foi uma democracia liberal com os contornos ocidentais. De uma gestão colonial, de estilo vitoriano, com nomeação direta de um governador por Londres, passou para um modelo de nomeação de um chefe de executivo, gerido a partir de Pequim (*Beijing*).

Ainda assim, o território – sob o princípio governativo “Um país, dois sistemas” – garantiu muitas liberdades individuais e um sistema judicial independente. Embora o aprofundamento democrático tenha sido limitado, ganhou uma cultura e consciência política que o torna avesso ao centralismo de Pequim. O florescimento de partidos políticos, decorrente do ativismo social, é o sinal claro deste contexto. Não deixa, no entanto, de colocar HK sobre divisões políticas internas que são um risco para a estabilidade governativas. Partidos pró-China, pró-democracia e localistas desenharam o mapa dos debates locais.

De colónia inglesa a região administrativa especial

Hong Kong foi subtraída ao império chinês pelos britânicos em três fases distintas. Em primeiro lugar, após a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), no decorrer do Tratado de Nanquim (Nanjing), que incluiu a cedência da ilha de Hong Kong; após a Segunda Guerra do Ópio (1860) e a correspondente Convenção de Pequim (Beijing), onde foi acrescentado o território de Kowloon; e no decorrer da Guerra Sino-Japonesa (1894-95) e de uma nova Convenção de Pequim, onde foi acrescentado às possessões inglesas os “novos territórios”. Este foi o período dos “tratados desiguais”, que obrigaram a China a conceder possessões territoriais na sequência de derrotas militares com potências industrializadas estrangeiras, particularmente o Reino Unido. Ao longo de 156 anos, este país governou o território de HK em regime colonial. Nesta fase o governo britânico nomeava diretamente governadores que enviava para o território, juntamente com funcionários públicos expatriados. Desde então, houve uma preocupação em cooptar as elites locais, tanto urbanas como rurais. Muitos eram designados para organismos consultivos e eram-lhes atribuídos honras e títulos. Inclui-se a indicação para Membros do Império Britânico (MIB) ou Ordem do Império Romano (OIR).

Em 1843 foi criado o Conselho Legislativo (Leg-Co), completamente subordinado ao poder executivo. Em 1979, Sir Murray MacLehose, o governador inglês, numa visita a Pequim, perante Deng Xiaoping, assumiu a possibilidade de HK poder vir a ser devolvido à RPC, em 1997 (esta informação não foi divulgada aos habitantes do território). Em 1982, a primeira-ministra Margaret Thatcher, também numa visita a Pequim, iniciou o processo de negociações, prometendo para HK um “elevado grau de autonomia”. A Declaração Conjunta Sino-Britânica de 1984 vinha no mesmo sentido, revelando a intenção formal da transferência de soberania em 1 julho de 1997.

O princípio “um país, dois sistemas”

A Declaração Conjunta tinha expressado o princípio “Um país, dois sistemas” que deveria ser aplicado ao território, transformando-se numa região administrativa especial. Este princípio assenta na ideia de que, apesar da soberania chinesa, Pequim compromete-se a não impor o modelo socialista em HK, de partido único, e que o sistema capitalista e os modos de vida não devem ser alterados num prazo de 50 anos (até 2047). Trata-se de um princípio igualmente aplicado em Macau. A lei básica de 1990 – promulgada pelo governo chinês para o território funciona como uma espécie de constituição, prevendo a separação de poderes: legislativo, administrativo, social, económico e judicial. Também a economia do território mantém autonomia em relação à parte continental. A monotorização da lei, no entanto, será feita pelo Partido Comunista Chinês (PCC) através do Comité Permanente e dos Pequenos Grupos de Liderança de Hong Kong e Macau. Por outras palavras, Pequim mantém o controlo dos assuntos deste território. O sistema político local passou a designar um Chefe do Executivo, o Conselho Legislativo (LegCo). A escolha do dirigente máximo da Região administrativa especial (RAE) está sujeita à apreciação do Comité de Seleção e Escolha do Chefe do Executivo, uma limitação contrária a todos os princípios democráticos. O início dos diálogos para a transição de soberania de HK, abriu espaço para o aparecimento de movimentos, grupos de interesse e pressão. Em 1985 foram introduzidas eleições diretas para dos lugares para os conselhos de 18 distritos (distritos geográficos). Estes lugares têm pouco poder, tendo em conta, por exemplo, que no comité eleitoral para a escolha do chefe do executivo ocupam 117 lugares num total de 1200 (10%). Para o LegCo, os britânicos criaram um sistema de círculos eleitorais – funcional – em que elites de grupos de interesse locais, particularmente do domínio industrial, financei-

ros, jurídico, saúde, educação eram selecionados para representar a câmara legislativa. Em 1987, para além do sistema funcional, tentou-se introduzir um sistema de eleições diretas por círculos geográficos para o LegCo, que seria adiado para 1991 devido a pressões de Pequim. Assim, este passou a ter 70 membros, 35 dos quais são eleitos diretamente através dos círculos geográficos, sob o sistema de representação proporcional, enquanto os outros 35 são eleitos indiretamente por meio de círculos funcionais baseados em grupos de interesse locais. A ideia é que os cidadãos de HK possam eleger uma parte dos membros. Pese as intenções do governador, o Conselho Executivo manter-se-á dominado por elites não eleitas, incluindo homens de negócio e funcionários da administração pública.

“
Em 2019 Hong Kong voltou a oferecer um cenário de confrontações violentas, desta vez devido à denominada lei da extradição.”
”

Os democratas de Hong Kong – emergentes – não podiam ter a maioria dos lugares no LegCo e este deveria ter menos poder que o Conselho Executivo (formado por escolha direta do Chefe do Executivo). A ideia de ter membros do Conselho Executivo a partir entre os membros do LegCo nunca foi aceite por Pequim. Na essência, vai permanecer um forte conflito entre estas duas instituições, enquanto se forma um sistema partidário – que não acontecerá em Macau. O último governador britânico, Chris Patten (1992-1997), procurou acelerar o tardio modelo democrático em HK – que nunca existiu – mas colidiu com a reprovação determinada do governo chinês. O governo chinês foi feroz na linguagem contra Patten no período de negociações – um léxico só visto no tempo da Revolução Cultural – usada em jornais oficiais, chegando a chamar-lhe “criminoso, que devia ser condenado por milhares de gerações”.

O desenvolvimento do sistema partidário em Hong Kong

A abertura do processo de negociação sino-britânico para tratar da transição de HK, as manifestações de Tiananmen (1989) foram alguns dos impulsionadores de uma sociedade civil ativa. Por outro lado, as eleições para os círculos geográficos (1985) foram determinantes para a criação de partidos políticos no território, pese

PARTIDOS REPRESENTADOS NO 6º CONSELHO LEGISLATIVO (2016-2020)	
PARTIDOS PRÓ-PEQUIM	PARTIDOS PRÓ-DEMOCRACIA
DAB – Aliança Democrática (12 lugares)	Partido Democrático (7 lugares)
BPA – Federação de Negócios e Profissionais de Hong Kong (7 lugares)	Partido Cívico (6 lugares)
FTU – Federação de Sindicatos (5 lugares)	PP-LSD – People Power – League of Social Democrats (2 lugares)
Partido Liberal (4 lugares)	Professional Commons (2 lugares)
NPP – New People's Party (3 lugares)	Labour Party (1 lugar)
FLU (1 lugar)	NWSC – Neighbourhood and Worker's Service Centre (1 lugar)
Novo Fórum (1 lugar)	PTU – Hong Kong Professional Teachers' Union (1 lugar)
Independentes (7 lugares)	Outros democratas (3 lugares)
Membros "localistas" e membros "não alinhados" (7 lugares)	

a sua natureza inicial muito próxima do associativismo. No final dos anos 80, já de destacavam três grupos de natureza pró-democrática: o *Meeting Point*, a *Association for Democracy and People's Livelihood* e o *Hong Kong Affairs Society*. Um consenso entre os três deu origem ao partido *United Democrats of Hong Kong* (UDHK) formado em 1990.

Nas eleições de 1991, fortemente impulsionadas pelas manifestações de Tiananmen, ocuparam 14 dos 18 assentos dos círculos geográficos. A partir desta fase, multiplicou-se o número de partidos políticos no território. Formaram-se claramente dois campos de partidos. Os que defendem a democracia plena no território e os que são a favor de Pequim, cujo sistema pulverizado leva a que nenhum tivesse conseguido alcançar uma maioria no LegCo. Os principais partidos pró-Pequim são a Aliança Democrática para a melhoria de Hong Kong (DAB), Federação de Negócios e Profissionais de Hong Kong (BPA), a Federação de Sindicatos (FTU) e o Partido Liberal (PL), este com fortes ligações à elite de negócios. Os principais partidos pró-democracia são o Partido Democrático (PD) e o Partido Cívico (PC), este com ligações estreitas às classes profissionais locais.

O Partido Comunista Chinês (PCC) usa as suas relações informais no território, prática continuada desde o período colonial. Durante décadas, a agência noticiosa Nova China (*Xinhua*) foi usada como base para as atividades do PCC. A progressiva tentativa da RPC em anular os grupos e partidos pró-democráticos no território tem agudizado as ações dos dois campos políticos. A integração de HK na grande região de Guangdong, a aculturação pró-chinesa, a lei antissubversão, as difíceis condições de vida das gerações mais novas, têm sido fatores de enorme contestação social. Os protestos em 2014, conhecida por "A Revolução dos Guarda-chuvas", foi um dos momentos mais marcantes deste novo ativismo. Destacou-se a figura Joshua Wong, do novo partido Demosistō (criado em 2016), situado no campo pró-democrático, "localista". O localismo foi muito cultivado depois da publicação do livro *Hong Kong as a City State* de Chin Wáng, devido ao apelo que a obra faz à total separação do território da China continental.

Em 2019 Hong Kong voltou a oferecer um cenário de confrontações violentas, desta vez devido à denominada lei da extradição. Em causa está uma colisão com a Lei Básica de 1997, que

no seu articulado defende a independência da justiça. A partir desta questão, foi-se desenvolvendo uma forte oposição ao governo local liderado por Carrie Lam, próxima do poder central. As contestações iniciais ganharam dimensão e alteraram o foco, progredindo para uma luta pró-democracia e até anti China continental. Destacou-se o movimento da Frente Civil dos Direitos Humanos (FCDH), agregadora de muitas Organizações Não Governamentais (ONG) e grupos políticos do campo democrático. A nova geração – *bongkongers* – não se identifica com a identidade chinesa e estão muito descontentes com a política local. Em novembro do mesmo ano, as eleições distritais – as únicas verdadeiramente democráticas, trouxeram uma inequívoca vitória dos partidos democráticos. Os tumultos acalmaram, mas em 2020 haverá novas eleições para o LegCo e certamente novos sinais serão enviados para Pequim. ■

Bibliografia geral

- Legislative Council of the Hong Kong Special Administrative Region (2019), <https://www.legco.gov.hk/index.html>, consultado em 7 de dezembro de 2019.
- Lo, Sonny Shiu.Hing (2014), "Hong Kong". In Joseph, William A. (ed.), *Politics in China – An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, pp. 452-467.
- Louie, Kin-shuen (2003), "Politicians, Political Parties and the Legislative Council". In Sing, Ming (ed.), *Hong Kong Government and Politics*. Hong Kong: Oxford University Press, pp. 284-285.
- Ma, Ngok (2007), "Political Parties and Elections". In Lam, Wai-man, et al. (eds), *Contemporary Hong Kong Politics – Government in the Post-1997 Era*. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 117-134.
- Ma, Ngok (2017), "From Executive Dominance to Fragmented Authority: An Institutional and Political Analysis". In Fong, Brian C.H.; Lui, Tai.Lok (ed.), *Hong Kong 20 Years after the Handover – Emerging Social and Institutional Fractures After 1997*. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 21-43.
- Patten, Chris (1998), *East and West*. London: Macmillan.
- Wright, Teresa (2018), *Popular Protest in China*. Cambridge: Polity.